

## Sumário

### DOCTRINA

#### Artigos

#### O papel das organizações da sociedade civil na democracia

<b>Valéria Maria Trezza</b> .....	9
1 Introdução.....	9
2 O porquê das organizações da sociedade civil.....	10
3 Os papéis das organizações da sociedade civil.....	13
3.1 Provisão de serviços públicos.....	14
3.2 Mobilização política e social e luta pela democracia.....	16
3.3 Benefício mútuo, lazer e compartilhamento de interesses comuns.....	19
4 Tocqueville e as associações da sociedade civil.....	22
5 Putnam e o capital social.....	26
6 Considerações finais.....	29
Referências.....	32

#### Parcerias na assistência social

<b>José Fernando Ferreira Brega</b> .....	35
1 Introdução.....	35
2 Um novo contexto normativo.....	37
3 Algumas dificuldades.....	42
4 Possíveis aperfeiçoamentos.....	45
5 Conclusão.....	50
Referências.....	51

#### Considerações gerais sobre a Lei nº 12.010/09: adoção e outros mecanismos de efetivação dos direitos da criança e do adolescente

<b>Erika Kishita Fukuda</b> .....	53
1 Um breve histórico da legislação pertinente ao menor e seu contexto.....	53
2 O direito à convivência familiar.....	55
3 O acolhimento institucional e familiar.....	56
4 A adoção.....	58
4.1 Os sujeitos aptos à adoção.....	59
4.2 A adoção internacional.....	61
4.2.1 Os procedimentos específicos para a adoção internacional.....	62
4.2.2 Do intermédio da adoção internacional por organismos credenciados.....	63
5 Do Fundo da Criança e do Adolescente.....	64
6 Conclusão.....	65
Referências.....	67

Terceiro setor e prestação de contas aos Tribunais de Contas

<b>Janaina Schoenmaker</b> .....	69
1 Contextualização do tema: notas sobre governança e controle.....	69
2 Tribunal de Contas e competência constitucional para julgamento de prestação de contas: controvérsias doutrinárias.....	77
2.1 Incompetência dos Tribunais de Contas para receber e julgar prestação de contas das entidades do terceiro setor gestoras de recursos públicos.....	79
2.2 Competência dos Tribunais de Contas para receber diretamente e julgar a prestação de contas das entidades do terceiro setor gestoras de recursos públicos.....	80
2.3 Competência dos Tribunais de Contas para receber diretamente e julgar a prestação de contas das organizações sociais – OSs: posicionamento intermediário.....	83
2.4 Competência dos Tribunais de Contas para receber indiretamente a prestação de contas das entidades do terceiro setor gestoras de recursos públicos.....	87
2.5 Competência dos Tribunais de Contas para receber diretamente e julgar a prestação de contas das entidades causadoras de prejuízos ao erário.....	88
3 Considerações finais.....	89
Referências.....	90

A empresa social – O crescimento do empreendedorismo social e a retomada dos valores sociais no setor empresarial

<b>Juliana Amaral Toledo, Fernando Moraes Quintino da Silva</b> .....	93
1 Contexto social e macrotransição.....	94
2 Novos arranjos produtivos intersetoriais.....	96
3 O Terceiro Setor no Brasil. Dos movimentos sociais dos anos 70 à atual visão do empreendedorismo social.....	96
4 As atividades com finalidade econômica das entidades do Terceiro Setor e a vedação da distribuição de lucro.....	98
5 Dos desafios do Terceiro Setor em promover a emancipação e a autonomia dos públicos beneficiários.....	98
6 As alianças intersetoriais voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo social.....	99
7 A evolução introduzida pelas OSCIPs.....	100
8 Sustentabilidade, desenvolvimento e a nova visão do lucro.....	101
9 Empresas sociais e empreendedorismo social. Formas jurídicas disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro.....	103
10 Novo perfil de Estado como estimulador e incentivador.....	104
11 Novos valores, novas metas. A necessidade de nova legislação ou de nova função do Estado?.....	106
12 A lei italiana e o movimento das empresas sociais no Reino Unido.....	106
13 Considerações finais. Políticas voltadas ao desenvolvimento do empreendedorismo social.....	109
Referências.....	111

**Parecer**

Parecer do Procurador-Geral da República no curso da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1923, a qual visa impugnar a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que rege a instituição, o controle e a extinção das organizações sociais

<b>Antônio Fernando Barros e Silva de Souza</b> .....	115
-------------------------------------------------------	-----

## DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

Irregularidades na aplicação de recursos do SUS – Dispensa irregular de licitação – Prorrogações indevidas – Ausência de concurso público – Pagamentos – Desconformidade com normativos do SUS – Indicação pessoal para contratação	
Acórdão nº 862/2009 - Plenário (Processo nº 000.161/2007-9).....	139

## JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral sobre convênios entre Administração Pública Federal e entidades do terceiro setor: afastamento da responsabilidade subsidiária da administração por passivos trabalhistas de entidades do terceiro setor que celebram convênios com a administração pública. Comentário ao Recurso de Revista nº 1.563/2007-009-08-00.3, J. 05.08.09	
<b>Natasha Schmitt Caccia Salinas</b> .....	189
1 A questão em debate.....	189
2 Para que foram criados os convênios? .....	191
3 Aplicação tardia dos convênios para disciplinar parcerias entre administração e terceiro setor.....	193

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

#### Superior Tribunal de Justiça

Direito Processual Civil – Assistência judiciária – Pessoa jurídica sem fins lucrativos – Condição de pobreza – Ônus da prova	
Embargos de divergência em Recurso Especial nº 1.055.037/MG.....	201

#### Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Suspensão liminar – Determinação à SRF – Lançamento de créditos de contribuições devidas à seguridade social – Entidades que tinham pedidos de concessão e renovação de CEBAS – Representações Administrativas, que estavam pendentes de julgamento no CNAS – Fatos geradores ocorridos dentro dos períodos de validade ou análise dos CEBAS solicitados – Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	
Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela nº 2009.01.00.052337-7/DF.....	211

#### Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Apelação criminal – Convênio firmado entre associação de produtores rurais e o DENACOOP – Fraude na elaboração da proposta – Materialidade e autoria comprovadas – Restituição dos valores, antes do recebimento da denúncia – Causa de diminuição de pena – Continuidade delitiva com relação a outros fatos delituosos	
Apelação Criminal nº 24664/SP (2006.03.99.018302-6) .....	219

#### Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Imunidade – Contribuição ao PIS. Inciso IV do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35 –	
------------------------------------------------------------------------------------------	--

Arguição de inconstitucionalidade acolhida em parte	
Arguição de Inconstitucionalidade nº 2004.70.03.001161-5/PR .....	233

**Tribunal de Justiça de São Paulo**

Exibição de livros e documentos – OSCIP – Lei Federal 9790/99 e CF art. 70 parágrafo único – Prestação de contas – Norma municipal de igual previsão em sua esfera – Legitimidade	
Apelação Cível nº 857.329.5/4-00 .....	237

**LEGISLAÇÃO**

Informativo de Legislação .....	241
---------------------------------	-----

**RESENHA**

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Avaliação legislativa no Brasil: um estudo de caso sobre as normas de controle das transferências voluntárias de recursos públicos para entidades do terceiro setor. 256f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.	
<b>Gustavo Justino de Oliveira</b> .....	245

<b>Índice</b> .....	249
---------------------	-----

<b>Instruções para os autores</b> .....	255
-----------------------------------------	-----